

O PENSAMENTO HISTORIOGRÁFICO **DE MANOEL BOMFIM***

*José Maria de Oliveira Silva***

A maioria dos analistas da obra de Manoel Bomfim tem ressaltado o seu caráter precursor na crítica à historiografia tradicional. Tomando como exemplo um dos primeiros escritos sobre Bomfim da professora Tétis Nunes, no seu ensaio datado de 1956 - **Sílvio Romero e Manoel Bomfim : Pioneiros de uma Ideologia do Desenvolvimento**, ela escrevia que o escritor sergipano, através de seu nacionalismo, combatia historiadores tais como Rocha Pita “pela sua subordinação aos interesses portugueses”, Varnhagen, pela sua “atitude colonialista”, Pereira da Silva e Oliveira Lima “pelo que há de reacionário, em suas obras”, estabelecendo, por outro lado, uma separação nítida com outros autores que são aceitos por Bomfim, como Frei Vicente do Salvador, Capistrano de Abreu, João Ribeiro e mesmo Southey.

Nas revisões mais recentes, este aspecto fundamental do autor de **A América Latina** tende a ser recuperado no sentido positivo, progressista. Para alguns leitores de sua obra como Flora Sussekind e Roberto Ventura, a sua ideologia nacionalista se constitui, de uma maneira geral, numa crítica às interpretações dominantes e a “uma história falsificada segundo interesses de dominação”. Como também em Gricoli a afirmativa de que Bomfim “...reflete o nacionalismo revolucionário e sua preocupação está centrada na redenção das classes

(*) Palestra realizada no VII Encontro Sergipano de História (DHI-UFS/ANPUH-SE - Dezembro de 1996).

(**) Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFS.

desprotegidas com o objetivo de restabelecer seu papel nos diversos movimentos revolucionários". E, na mesma linha, a tese de Bertonha de que "em sua visão de história (Manoel Bomfim) inclui e valoriza na questão nacional, principalmente, os movimentos de participação popular".

Não se trata aqui de assinalar a coerência ou não dessas interpretações. No entanto, gostaríamos de lembrar que a ideologia nacionalista nas suas obras principais - **A América Latina, O Brasil na América, O Brasil na História, o Brasil Nação** - aponta para várias direções, e tem sido retomada por pensadores tanto de direita quanto de esquerda. Manoel Bomfim é reinterpretado, por exemplo, como *nacionalista e patriota* por intelectuais que estavam no campo da direita nos anos 30, como Carlos Maúl, um dos assinantes do Manifesto do Partido Nacional Fascista, e que organiza em 1935 a coletânea **O Brasil** com textos de várias obras de Manoel Bomfim; por Azevedo Amaral que prefacia a 2ª. edição da obra **A América Latina**, em 1938, e, também, como *nacionalista e socialista* por autores como Dante Moreira Leite, Nelson Werneck Sodré, Vamireh Chacon, entre outros.

A meu ver, as contradições do Autor sergipano não tem sido compreendidas pelos revisionistas de sua obra - que ora articulam o *nacional* como dominante, ora o *popular* - diluindo ou escamoteando aquelas ao longo da análise. Para o entendimento da visão de história de Manoel Bomfim e de sua proposta metodológica para o ensino da história, não basta o reconhecimento de que tal concepção nacionalista é o traço marcante de sua obra, mas o *porque* desse modo de pensar a história (também presente em outros intelectuais dos inícios da República) e se esse nacionalismo na sua concreticidade representava uma ampliação da hegemonia da classe dominante ou uma ameaça ao seu domínio.

De início, pensar sobre a vida e a obra de Manoel Bomfim - quem foi ele? Existe aqui uma grande lacuna no âmbito da cultura nacional. Não há um só livro que trabalhe sua vida e obra profundamente. Um escritor polêmico, que é fonte para vários autores da cultura nacional,

mas que ainda não encontrou um biógrafo que resgate a sua vida por inteiro. O que temos é muito pouco sobre sua vida.

Manoel Bomfim, que nasceu em 1868 em Aracaju e veio a falecer no Rio de Janeiro em 1932, pertenceu a uma geração de sergipanos que deixaram a sua marca no cenário nacional do período. Depois de iniciar o estudo de medicina na Bahia e terminá-lo no Rio de Janeiro, atua como secretário do jornal **A República**, órgão do PRF - Partido Republicano Federal, liderado por Francisco Glicério e que fazia oposição à política de Prudente de Moraes. Em fins do século passado atuou como Diretor de Educação do Rio de Janeiro (uma espécie de Secretário de Educação), tomando-se Deputado Federal na vaga deixada, em 1907, pelo General Valadão que assumiu o Senado. Como intelectual escreveu livros sobre várias áreas do saber: Psicologia, Português (juntamente com Olavo Bilac), História, Sociologia, Pedagogia, Literatura Infantil. Traduziu obras de Biologia e Zoologia. Mas, apesar desse seu talento, é tido como um escritor desconhecido.

Diversas são as razões apontadas para o seu esquecimento. Antônio Candido, que escreve sobre Manoel Bomfim como "injustamente esquecido", ao analisar o surgimento da sociologia no início do século através das obras de Silvio Romero, Fausto Cardoso, Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Paulo Egídio e Lívio de Castro, considera-o, num segundo momento, como o "grande pensador do contra da cultura nacional", quando compara-o aos nomes de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Oliveira Vianna, entre outros. Segundo ele:

"...Manoel Bomfim foi um homem que desenvolveu um senso muito agudo do contra, mostrando que o Brasil não era um país independente, porque a independência, inclusive não tinha sido feita. A independência política não alterou o estatuto colonial. O Brasil continua economicamente um país colonial. Manoel Bomfim sofre muito de Silvio Romero por causa disso. Aí está o grande pensador do "contra".

Ora, porque Manoel Bomfim é esquecido pela cultura nacional? Acredito que não seja porque, como afirma inicialmente Thétis Nunes

e depois é repetido por outros autores como Dante Moreira Leite e Vamireh Chacon, por ele ter sido um pensador “avançado” para a sua época. Não se deve descartar totalmente essa idéia, quando se pensa, por exemplo, na obra de Manoel Bomfim como **Pensar e Dizer. Estudo do símbolo no pensamento e na ação**, a qual, segundo o crítico literário Wilson Martins, anteciparia no campo da linguagem posições que depois serão defendidas por Lévi-Strauss (teria sido o antropólogo Lévy-Strauss, que lecionou em São Paulo nos anos 30, um leitor de Manoel Bomfim?) e também por Roman Jakobson.

No âmbito da cultura nacional, encontramos pistas da sua importância quando se lê, por exemplo, Mário de Andrade que, no final dos anos 20, escreve sobre a psicologia e o folclore popular em duas obras marcantes - **Macunaíma** e **Pequenos Ensaios sobre a Música Popular Brasileira**. Nessas obras, em que discorre sobre a identidade do povo brasileiro, percebe-se em Mário de Andrade um leitor de Manoel Bomfim, sobretudo de **O Brasil na América**, em que o escritor sergipano reflete sobre a questão racial e a psicologia das três raças formadoras do povo.

Ainda sobre a questão da formação do povo brasileiro, é interessante notar que também Gilberto Freyre no seu livro clássico - **Casa Grande e Senzala** - se referia ao sergipano como “indianófilo até a raiz dos cabelos”, denotando, apesar de utilizar várias passagens um certo distanciamento de Manoel Bomfim que, contraditoriamente, também antes dele, apostava numa democracia racial, numa integração entre as três raças formadoras da Nação, e, mesmo, num certo branqueamento da população como resultado. O contraponto a essas opiniões de Gilberto Freyre, de um certo desprezo à visão indigenista exposta por Bomfim, pode ser lido num artigo de Darcy Ribeiro, que extravasa a sua adesão ao pensador sergipano como sendo o “primeiro antropólogo do Brasil”.

Quando estive pela primeira vez em Aracaju, pesquisando no Instituto Histórico Sergipano, senti um pouco o porque do esquecimento da sua obra a que se referia Antônio Candido. Indaguei da pessoa que me atendeu sobre livros de Manoel Bomfim, e ela respondeu, meio

secamente, que “essa pessoa não é bem vista por aqui”. E, de fato, não é mesmo. Até hoje, me parece, não há nenhuma escola local com o seu nome (o que contrariamente ocorre no Rio de Janeiro), apesar de ser reconhecido como grande educador e o seu nome ser lembrado recentemente em localidade do Paraná para desencadear o processo de alfabetização popular, com a designação de Brigadas Manoel Bomfim. E, nenhuma de sua obra foi republicada pelo governo do Estado, como acontece com outras de figuras ilustres sergipanas.

Acredito que a causa de ele não ser bem visto aqui, como também por parcelas da intelectualidade brasileira da sua época, deve-se à crítica acerba de Sílvio Romero. Expressão de maior renome da crítica literária do país - no momento em que Manoel Bomfim, ao retornar da Europa, em 1905, publica **A América Latina** - Romero contesta, polemiza em 25 artigos escritos para a revista **Anais** as suas idéias, denunciando como falsa a base científica, a etnografia, a história e a economia. Artigos que depois se transformaram em livro homônimo **A América latina - análise de livro de igual título** (1906) e que visavam não só a obra, mas o próprio Autor, ao criticar inclusive diversos erros de português. Como afirma Antônio Candido, conhecedor profundo da obra de Sílvio Romero, suas críticas eram injustas, sobretudo, quando se analisa a questão racial e as posições de Manoel Bomfim contra o imperialismo americano na América Latina.

Por sua vez Manoel Bomfim, distanciando-se da polêmica, responder-lhe-ia somente com um artigo, publicado na revista **Kosmos**. Sua postura ideológica, entretanto, continuaria a ser radical no embate contra os grandes intelectuais racistas, os quais no seu livro eram censurados como “teoristas da exploração”, “filósofos do massacre”, “sociólogos do egoísmo”, “doutrinários do parasitismo”, relacionando o avanço da teoria racista ao próprio avanço do imperialismo.

Entretanto, porque a obra de Manoel Bomfim, ou melhor, o seu discurso, a sua ideologia, não têm penetrado a não ser esporadicamente na cultura nacional? Uma das respostas mais consistentes é dada pelos autores Flora Sussekind e Roberto Ventura na obra **História e Dependência - Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim**. Esse livro

é resultado de um longo artigo que tomava por título (e como hipótese) a metáfora biológica do *parasitismo* - "Uma teoria biológica da mais valia ?" - utilizada por Manoel Bomfim para explicar a nossa formação colonial. Segundo os autores, a metáfora expressa ao mesmo tempo uma ideologia nova e uma linguagem velha. Aquilo que era novo, o radicalismo ideológico de Manoel Bomfim não poderia ser assimilado pela posteridade pelo emprego de analogias extraídas do campo da biologia.

Apenas um reparo nas interpretações desses autores. Primeiro, sobre sua leitura da obra de Darwin. Ela não era a mesma da sociologia darwinista, que aceitava a tese da lei dos mais fortes, da sobrevivência dos mais aptos no âmbito social e influenciava expoentes da antropologia e da sociologia brasileira, como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Manoel Bomfim deixaria claro numa de suas obras a matriz evolucionista de seu pensamento - e aí a importância de Darwin e da *Rerum Natura* de Lucrecio na sua formação. No entanto, desde o seu livro inicial é um crítico feroz da sociologia darwinista. A sua leitura evolucionista irá se aproximando, aos poucos, de autores que estavam no campo do anarquismo, sobretudo de Kropotkin, do qual ele é um admirador nos anos da Primeira Guerra Mundial. Para ele e os anarquistas, Darwin tinha grande importância por enfatizar não a luta do forte contra o fraco no interior da sociedade, mas por defender, justamente, o contrário, a necessidade da *solidariedade*, como mecanismo de superação dos conflitos.

Aqui, talvez seja interessante um parêntesis. Segundo Engels, quando Marx publica *O Capital*, ele envia o livro para Darwin, reconhecendo neste o grande cientista e teórico das ciências naturais. Ao mesmo tempo, Marx, com esse gesto, reconhecia a si como o cientista das ciências sociais.

Com essas aproximações é possível entender um pouco melhor a visão histórica de Manoel Bomfim e enquadrá-lo no seu tempo. Historicamente, no período final da crise do Império devido aos processos abolicionista e republicano, e também mais tarde, durante o governo Floriano Peixoto, há uma fermentação de idéias nacionalistas

muito grande no país. Ocorre desde o *nacionalismo exaltado* de um Afonso Celso, Coelho Neto, Olavo Bilac (com o qual Bomfim vai escrever vários livros) - que reproduzem, segundo Alfredo Bosi, uma "retórica patrioteira desfraldada de cima para baixo" - ao *nacionalismo radical*, de autores como Euclides da Cunha, Raúl Pompéia, Manoel Bomfim e Lima Barreto. Todos estes últimos simpatizantes do socialismo e preocupados com as condições sociais, culturais e políticas da vida brasileira.

No primeiro caso, destaca-se como livro significativo **Por que ufano do meu país** de Afonso Celso, publicado em 1900, onde aparece o desenvolvimento de temas que se constituem no "fundamento do sentimento nacionalista: a descrição da terra, o orgulho do passado, o desejo de uma vida comum no futuro, o elogio de características peculiares do povo, opondo-as à características supostamente inferiores de outras nações". No segundo caso, aqueles intelectuais que problematizam a realidade nacional de maneira diferenciada, com o objetivo de encontrar *saídas* para o pessimismo do início do século, discutindo as possibilidades da constituição da Nação, os impasses criados pelo conservadorismo, o domínio das oligarquias e do imperialismo inglês. Saídas para o analfabetismo e para a miséria do povo brasileiro não visíveis com a instalação da República.

Por outro lado, é importante ressaltar que o *espírito nacionalista* era muito vivo também entre os trabalhadores. Segundo a crítica do jornal operário **Avanti** (1907), era um dos elementos - ao lado do anarco-sindicalismo existente avesso à participação política - que dificultavam a "solidariedade de classe" e a constituição de um partido socialista no país.

Nas raízes da ideologia desses intelectuais nacionalistas de esquerda estava presente uma forma de pensar a América Latina. Há uma consciência latino-americana em gestação que vinha desde o século XIX, quando os intelectuais latino-americanos se opunham ao *colonialismo*. Agora, na denúncia do *imperialismo ianque*, a América Latina é tematizada como o "o que não é Europa", "anglo-saxão", "norte-americano".

Na sua concepção de história Manoel Bomfim interpretava o conflito na América Latina como presente desde o período colonial. Descreve a existência de uma luta entre duas forças políticas: de um lado, os *retrógrados* que queriam a perpetuação do regime de espoliação e injustiça; de outro, os que defendiam os ideais de libertação nacional, de progresso, de educação e de justiça social. No entanto, na história latino-americana, quando este movimento de liberdade se mostrava forte - como no caso da Independência - estabelecia por parte dos conservadores no poder uma *estratégia de conciliação nacional*, com o objetivo de ceder pouco e com isto perpetuar a dominação.

Em função dessa política, a Independência se transformou, segundo ele, numa "simples questão de autonomia governamental", pois, mesmo vencidos, os conservadores ressurgiam por toda a parte: no México, com a bandeira do *Imperialismo*, no Peru, no Prata, na Bolívia, com o nome de *unitaristas*. Nestas sociedades americanas, diferentemente das colônias inglesas, nas quais os imigrantes buscaram criar uma "segunda pátria", constituiu-se uma "classe dominante e exploradora" que, vivendo como "sanguessugas" da colônia, defendiam interesses das metrópoles, aliados aos seus próprios.

Desse modo, descobre-se em Manoel Bomfim uma concepção nacionalista de luta sobre o movimento histórico, em que a derrota do povo segue a vitória das *classes dominantes*. Em suas obras históricas, são encontradas descrições sobre as *revoluções liberais fracassadas* do passado (como *journee des dupes*, interpretação que mais tarde será aprofundada por Caio Prado nos seus livros), em que o povo é afastado do poder ou, então, é *logrado* pela ação de "moderados" e "oportunistas" como na Independência, na Abdicação de D. Pedro I, na Abolição, na República.

Como nacionalista, Manoel Bomfim busca no passado uma outra *história nacional* não dominada pelo *bragantismo*, cuja tradição não vem de 1822 (Independência), mas de antes, com a Revolução Pernambucana de 1817, que representaria, a seu ver, o *verdadeiro* espírito de luta dos brasileiros. Assim, ele procura construir também uma

imagem do herói nacional que vai se contrapor às figuras glorificadas pela historiografia dominante. Cito aqui algumas dessas imagens com o objetivo de retomar a sua própria linguagem, quando se refere aos heróis e anti-heróis nacionais. D. Pedro I - visto pela história oficial como responsável pela unidade política do país - na sua análise, não passa de um "príncipe embusteiro", "simples aventureiro velhaco", "curto de inteligência"; o Conde dos Arcos é visto como o "carrasco de Pernambuco"; José Bonifácio é tido como "conservador", "anti-revolucionário", "bragantista". Além disso, outros políticos do Segundo Reinado, como Araújo Lima, Calmon, Hermeto, Vasconcelos, Alves Branco, Costa Carvalho, são lembrados como os "grandes corruptores-corrompidos" da história. Não é sem propósito, portanto, que sua obra **O Brasil na História** (1926) é dedicada aos "heróis e mártires de 6 de março de 1817" e **O Brasil Nação** (1931) a Castro Alves, como "potente e comovida voz de revolução".

Embora seja necessária uma pesquisa comparativa, é possível apontar alguns traços de continuidade desse pensamento historiográfico radical na atualidade na obra de Raimundo Faoro que, com seu livro **Os Donos do Poder**, retoma interpretações de **O Brasil Nação** de Manoel Bomfim para fazer a crítica/análise do patronato brasileiro.

O projeto de Manoel Bomfim de recuperar uma tradição nacional escamoteada pela memória dominante devia ser, segundo ele, comum a todo estudante brasileiro. Quando escreve, em 1915, **As Lições de Pedagogia** - constituídas de resumos de suas aulas na Escola Normal - em um dos seus capítulos sobre o ensino da história pelo professor da escola primária retomava aquelas preocupações nacionalistas. A história deveria capacitar o aluno a *julgar os fatos e o papel do indivíduo*, incutindo-lhe, ao mesmo tempo, sentimentos de "admiração, entusiasmo...ou compaixão, repulsa, reprovação". Cabia ao professor, muito mais que aos livros didáticos, o papel de fazer o aluno compreender os fenômenos históricos.

Finalizando, é importante destacar que a sua filosofia de história fundamentava-se, por outro lado, numa concepção política de engajamento.

jamento do professor em defesa do ser humano por justiça social. Num discurso às normalistas, na presença de autoridades como o presidente Rodrigues Alves, o prefeito do Distrito Federal e vários diretores de ensino, afirmava: "Nós (professores, JMOS) que lutamos pelo realçamento humano, não podemos aceitar as sociologias que têm como fatores eficazes e lógicos e como fenômenos normais e necessários: as lágrimas dos vencidos, o estertor dos famintos, os soluços das mães abandonadas, a agonia triste e lancinante da velhice indigente. O contato com tais misérias só nos inspira uma sociologia - a da intrepidez para eliminá-las".